

UTOPIA OU DISTOPIA BRASILEIRA: ORIGENS E REFLEXÕES

THE BRAZILIAN UTOPIA (OR DYSTOPIA): THOUGHTS AND ORIGIN

Handerson Leonidas Sales 1
Cyntia Mirella Cangussu Fernandes Sales 2
Antônio Dimas Cardoso 3

Resumo: O presente estudo tem como objetivo refletir acerca da configuração da sociedade brasileira e identificar historicamente possíveis reflexos para a construção de suas utopias e distopias. Para isso foram utilizadas interlocuções do pensamento de Souza (2015; 2017) com os de outros autores como Fernandes (1975; 2006; 2008), Nabuco (2003), Holanda (1995) e demais pensadores sobre as transformações sociais, no pressuposto de que a estrutura de formação da sociedade brasileira influenciou o comportamento das suas classes na busca por um lugar melhor, ou de suas utopias, cujo recorte abrange da Colonização até a República Velha. Fatos da história brasileira apontados no estudo marcam a identidade de uma nação que reproduz em suas gerações a consciência de uma estrutura identitária norteadora das aspirações pela busca de realizações maculado pelas forças dominantes e manutenção dos seus próprios interesses.

Palavras-chave: Utopia. Distopia. Escravidão. Sociedade. Desigualdade.

Abstract: This study aims giving a new regard to the composal of the brazilian society and historically identifying it's possible reflexes, specifically the ones that have constructed their utopia and distopia. To accomplish that, the thoughts of Souza (2015; 2017), such as the thoughts of other authors as Fernandes (1975; 2006; 2008), Nabuco (2003), Holanda (1995) and others were used as reference to support the statement that the structure and formation of the brazilian society have both influenced the behavior of the social classes in their search for a better place, concerned in the period between the Colonization and the Old Republic. The brazilian historic facts shown by this study reveal the identity of a nation that transmit to the following generations a structured identity wich guide their aspirations through their search for achievements, hence for a better place wich is runned by the dominant forces maintaining their own interests.

Keywords: Utopia. Distopia. Slavery. Society. Social diparity.

Doutorando no Programa de Desenvolvimento Social – 1
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Professor adjunto da
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8399329477060612>, ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8806-7266>.
E-mail: handerson.leonias@hotmail.com

Mestra em Sociedade, Ambiente e Território pela Universidade 2
Federal de Minas Gerais (UFMG), Professora e coordenadora do curso de
Direito da Faculdade Santo Agostinho.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5321335018747261>.
E-mail: cyntia.mirella@hotmail.com

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), Professor 3
efetivo da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5719058016594750>.
E-mail: adimascardoso@gmail.com

Introdução

Em contemplação a história da humanidade se observa que, por vezes, a utopia preconiza as realizações, pois as grandes transformações no mundo ocorreram pelo desejo das pessoas, ou de parte delas, em buscar um lugar melhor, fixado em horizontes quase inatingíveis. O desejo de alcançar algo melhor leva a sociedade a aspirações e reflexões que a ensejam em novas formas de se organizar, seja mediante um novo sistema econômico, uma nova república, uma nova composição social, ou simplesmente, num horizonte no qual vislumbre oportunidades.

Segundo Sargisson (2012, p. 7) a utopia refeelete “um conflito entre desejo e realização (a utopia é simultaneamente bom lugar e nenhum lugar)”. Por isso, quando se faz presente, a utopia é catalisadora de transformações sociais, pois as pessoas estão em busca de um lugar melhor para alteração da própria realidade e assim ao modificá-la se põem em busca de outro lugar.

A utopia, na perspectiva de Silva (2016, p.134) sustentado nas afirmações de Thomas More, é termo derivado do grego, “ou – que tem o sentido de negação – mais a expressão *topos* (lugar), deu origem ao ‘não lugar’, a um ‘lugar inexistente’”.

As propostas e implantações de mudanças não são homogêneas, pois, a sociedade é composta por elementos heterogêneos, muitas vezes com divergentes aspirações. Sendo assim, movimentos de oposição ou de readequação do que se pretende implantar, por parte da sociedade se contrapõe ao desejo de outra parte, embora exista um ponto comum: o desejo de um movimento para alcançar um melhor lugar impulsionado pela utopia, mesmo que as expectativas e anseios sejam distintos.

O desejo de mudança levou a humanidade a grandes transformações, dentre elas, pode citar como exemplo, a Revolução Industrial que impulsionou a sociedade a buscar um mundo melhor, mesmo sob a perspectiva da parcela dominante, pautada no capitalismo. Através do processo de auto expansão, o sistema capitalista promoveu a divisão social do trabalho que atingiu em massa todos continentes e modificou a economia, a cultura e os valores sociais.

No Brasil, pode-se observar que o processo de colonização foi a primeira grande transformação observada em solo brasileiro. Para os habitantes, que aqui residiam quando da chegada dos portugueses, houve uma repentina invasão. Enquanto que para os navegantes portugueses, desejosos por encontrar novos lugares, uma nova terra foi avistada no horizonte, repleta de oportunidades.

Assim, os portugueses se estabeleceram em um novo espaço, com novas aspirações. Contudo, os habitantes originários, os indígenas, provavelmente não detinham as mesmas aspirações dos seus invasores e foram obrigados a conviver com desejos, por vezes, contrapostos aos seus.

Outra transformação significativa que afetou a formação da sociedade e a utopia brasileira foi a instauração do regime de escravidão, o qual também embutiu na coletividade distintas aspirações, hostis a determinado grupo. As marcas trazidas pela escravatura no país deixaram um legado de exclusão no processo de construção da sociedade e suas instituições.

Portugal, pressionado pela Inglaterra em intensificar relações mercantis com o Brasil, para fomentar o sistema capitalista, incentivou a abolição da escravatura no território brasileiro e a adoção da força de trabalho. Fator que motivou a vinda de imigrantes para o país para instauração do trabalho livre e remunerado, o que também adicionou significativa transformação na sociedade brasileira, acompanhada da consequente marginalização dos negros e da ausência de políticas de inclusão social.

Todos esses movimentos e inúmeros outros motivaram transformações no modo de vida dos brasileiros e poderiam também ser citados como responsáveis pela própria formação dessa sociedade. Ao observar os fatos históricos da construção deste país, tendo como ponto de partida a sua descoberta/invasão, verifica-se na formação da sua sociedade a predominante característica de atendimento às necessidades econômicas de uma elite hegemônica, que legitimou para si poderes para saquear e contrapor a vontade da classe dominada, sobretudo dos mais pobres afetados pela desigualdade social já cunhada desde o processo de colonização.

As mudanças registradas na construção da sociedade brasileira até a contemporaneidade não foram capazes de erradicar a intensidade e prevalência da preponderância da sua classe dominante e tampouco da desigualdade social e do preconceito como legado deixado pela

escavidão estabelecida por séculos no país. Nesse panorama nasce a sociedade brasileira, formada por pessoas originárias de vários países e continentes, constituída tanto por indivíduos que excluem seus iguais, como por vítimas dessa mesma exclusão, dominada por uma pequena elite que se alterna no poder, semelhante ao sistema de castas.

Dessa forma, alguns questionamentos são pertinentes sob o quadro contemporâneo econômico e social do Brasil: Quais seriam nos tempos atuais os reflexos históricos na utopia da população brasileira com identidade tão eclética? De que maneira a elite dominante constrói e desconstrói a utopia desse país? De que maneira marcos históricos provocaram mudanças na utopia ou distopia da sociedade brasileira?

Diante disso, objetiva o presente estudo refletir acerca da configuração da sociedade brasileira e identificar historicamente possíveis reflexos para a construção de suas utopias e distopias.

Para tanto, foram utilizadas interlocuções do pensamento de Souza (2015; 2017) com o de outros autores como Fernandes (1975; 2006; 2008), Nabuco (2003), Holanda (1995) e demais pensadores, sobre as transformações sociais no pressuposto de que a estrutura de formação da sociedade brasileira influenciou o comportamento das suas classes na busca por um lugar melhor, cuja análise se circunscreve primeiramente da Colonização até a República Velha com apontamentos contemporâneos no que tange aos indicadores socioeconômicos do país.

A instituição Escavidão e a Revolução Burguesa

O comportamento da vida do povo em sociedade recebe fortes influências das instituições estabelecidas na própria sociedade na qual está inserido. Essas instituições se modificam e se organizam sobretudo em suas relações políticas, de produção e comercialização, o que conduz a diferentes regimes socioeconômicos. Desde o pós-feudalismo, para algumas nações, e pós-colonização, para outras, as instituições moldaram-se e estruturaram-se para atender as demandas disciplinares e de autocontrole ditadas, principalmente na área socioeconômica, pelo mercado competitivo capitalista.

Um país e sua nação ao se organizar por instituições como família, religião, governo, justiça, e outras tantas, estabelece uma tendência à uniformidade fundamentada em valores e manutenção das tradições. Mas, paralelamente, por suas imperfeições e contradições, apresentam traços utopianos dispostos a provocar mudanças estruturais e revolucionárias, que as vezes ensejam contraditórios entre algumas dessas instituições que são valorosas no âmbito social.

No Brasil colonial, a escavidão, como instituição gigantesca e agressiva na percepção de Souza (2015), caracterizava o país e moldava não só a sua estrutura como também a construção de sua utopia. Esse cenário escravocrata fundamentou a constituição da base do arranjo estrutural de exploração das terras brasileiras que perdurou ao longo de três séculos, o qual manteve o país como fornecedor de produtos básicos, como os produtos da agricultura e do minério, ao império português e posteriormente a Europa.

Mesmo após a independência em 1822 até a Abolição da escravatura em 1888, o cenário de exploração do país perdurou (HOLANDA, 1995). E, nesse contexto de conquista exploratória, através da escavidão, como principal instituição para apropriação do país e de sua produção no Brasil Colônia, foi moldada a formação e o comportamento da sociedade brasileira.

Consciente dessa tese é que Souza (2015) alerta quanto a existência de um equívoco na interpretação da sociedade brasileira feita por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. A partir das crônicas e ideias que estabeleceram, formou-se o senso comum, predominante no país o qual ofuscou os fatos e a ciência desenvolvida em torno deles. Segundo o autor, “Dizer que o Brasil é uma continuação de Portugal quando aqui, ao contrário de lá, a escavidão era a instituição total que comandava a vida de todos, inclusive dos homens livres, os quais não eram nem senhores nem escravos, é um absurdo científico” (Ibid., p. 33).

O rompimento do sentimento de uma continuidade europeia ou portuguesa no Brasil não é muito difícil de compreender. Ao se deparar com realidades socioeconômicas tão distintas e que se perpetuam há séculos na sociedade brasileira, pela forma de tratamento dispensada aos escravos mesmo após a abolição, se constata que os traços europeus por aqui não permaneceram. Em

reforço a esse pensamento, Albuquerque destaca (2011, p. 23)

Abandonados, os ex-escravos são, no limiar do século XX, os mais miseráveis dentre os miseráveis. E a escravidão ainda hoje projeta densas sombras sobre uma sociedade, a brasileira, que continua partida, fraturada por desigualdades e privilégios excludentes de muitos. Embora o sentimento, alegorias de retórica contaminaram-lhe a razão, impedindo o agir eficaz, socialmente transformador.

Dessa forma, os padrões culturais dominantes que teriam que se concentrar no Brasil possuem fortes raízes e traços de uma sociedade escravocrata singular e semelhante a nações que viveram essa mesma realidade. Um verdadeiro paradoxo ao homem cordial¹, apresentado por Holanda (1995), e criticado por Souza (2015, p.37), segundo o qual “[...] um indivíduo emotivo que guia as escolhas por preferências afetivas e pessoais que oculta os conflitos sociais e se constitui em uma figura passiva”. Assim, o homem cordial na realidade busca somente primar por seus privilégios considerando o negro apenas um elemento servidor aos seus desejos e necessidades em relações excludentes naturalizadas naquela sociedade.

Diferente do homem cordial apresentado, a gênese da sociedade brasileira, seja, branco, índio, negro ou mestiço vivenciou, se envolveu e absorveu de alguma forma o hostil regime da escravidão. Para compreender a vivência do regime de escravidão, pode-se pensar na condição necessária para que ele fosse implantado. A condição de repulsa, de ausência de humanidade ou a tentativa de desumanização dos negros, foram essenciais para a fixação do regime, que estabeleceu uma cultura de desprezo e ódio pela diferença.

O escravo, nesse contexto é vítima de uma crueldade, não vivenciada até então na Europa, exceto na idade média, mas fora legitimada nas colonizações realizadas por vários países europeus. Essa desumanização do escravo cunhou no brasileiro uma forma de viver e pensar de modo divergente do estabelecido na Europa no mesmo período, conforme descreve Polanyi (2000, p. 250). Para ele, “[...] quem quer que falasse de colônias no século entre 1780 e 1880, era visto como partidário do *ancien régime*”. **E portanto, não era bem recebido na sociedade da época.**

A sociedade brasileira e mesmo o citado homem cordial carregam marcas de exclusão. Seja na prática do ato de excluir, ou de se sentir excluído, de abandonar ou ser abandonado. Trazem em si, traços da desumanidade presente no período escravocrata. Reflexos que são observados nas relações estabelecidas na sociedade brasileira, seja no âmbito público ou privado, pois a constituição dessa sociedade, firmou-se sob o regime da escravidão, como destaca Souza (2017, p. 48), “[...] nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão.”

No processo da colonização brasileira cujas terras demandavam povoamento em função da grande extensão territorial, o fomento a escravidão era a alternativa eficaz encontrada naquela época. Nesse processo estavam envolvidas as famílias portuguesas, as quais eram formadas em torno do patriarcado, que se conduziam sob o domínio e autoridade do senhor proprietário da terra (FREYRE, 1957).

Nesse sentido, a sociedade colonial brasileira se formava tendo a família como a principal protagonista da violência interna perpetrada pelo patriarca, senhor de todos, (HOLANDA, 1995), como também do ser humano escravizado, pois como expõe Souza (2017, p. 59) “estamos lidando, no caso do escravismo brasileiro, na verdade com um conceito limite de sociedade, onde a ausência de instituições intermediárias faz com que o elemento familístico seja seu componente principal”.

Assim, a sociedade brasileira se constituiu e se estruturou sustentada na exclusão e perversidade do sistema econômico de produção escravocrata, o qual dividiu a sociedade colonial entre senhores e escravos. Os senhores patriarcas mantinham os membros da sua família, escravos e agregados na condição de dependência. O negro, por sua vez, era tido como objeto de propriedade do senhor, desprovido de humanidade e se mantinha na condição de servidão. “O escravo ainda é uma propriedade como qualquer outra, da qual o senhor dispõe como de um cavalo ou de um

¹ Esse indivíduo é caracterizado por conduzir todos os seus atos sociais com base em seus valores familiares, não sabendo diferenciar o tratamento devido às questões pessoais daquele devido às questões de âmbito público. (REALIDADE SOCIECONÔMICA E POLÍTICA BRASILEIRA – ECA/USP, 2015).

móvel [...] o escravo brasileiro literalmente falando só tem de seu uma coisa - a morte” (NABUCO, 1883, p. 54).

Com a falência da escravidão, em 1888, e do império, em 1889, o Brasil incluía-se em uma nova ordem competitiva de produção, fundamentada no capitalismo e com um incipiente Estado burocrático centralizado (MOTA; BRAICK, 2002). Uma nova hierarquia burocrata se instalava na sociedade, antes regida apenas pelo mandonismo dos senhores de terra, mas agora ditada pelo modo de reprodução do capital em função da mercantilização da força de trabalho ocorrendo aos poucos uma transição de poder do campo para a cidade a partir do avanço da mecanização agronegócio no campo e da industrialização urbana.

O regime republicano impôs no Brasil a construção compulsória de uma estrutura capaz de absorver as funções transformadoras de uma economia de mercado. Sob a égide do capitalismo e perante o incipiente experimento de progresso econômico, dar-se início ao inevitável surgimento de grupos ou agentes econômicos em ascensão: “[...] agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante - não importando muito seu gênero de negócios” (FERNANDES, 2005, p.34).

Nesse contexto, nasce no país a burguesia. Com estrutura frágil no quesito instituições, as quais não consolidavam a base necessária para os requisitos de um capitalismo autônomo, pois optou-se, ao contrário dos países centrais com forte estamento, por um pacto tácito político, sem força socioeconômica e, portanto, sem poder indireto (SOUZA, 2015).

A classe burguesa era composta por todo aquele que utilizava da ordem social competitiva para realizar seus lucros seja o produtor rural ou pequeno comerciante que praticava a acumulação de capital na expectativa do enriquecimento, se tornando, portanto, protagonistas na constituição de uma classe burguesa dentro do regime capitalista (FERNANDES, 2005).

Concomitantemente a hegemonia da oligarquia agrária, até então consolidada durante a colonização, não chegava a sofrer um colapso e sim uma transição na estrutura do poder. E sob essa estrutura se configuraram ilhas burguesas ao redor da produção rural, as quais se ajustaram a essa realidade para a mercantilização dos produtos advindos das oligarquias dominantes. Assim, a vulnerabilidade da classe burguesa não amadurecida, enquanto poder econômico, trouxe um cenário favorável para ajustes e manutenção da produção agrária. Portanto, “a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável” (FERNANDES, 2005, p. 240).

Nesse cenário a burguesia, que se constituía de forma polarizada nas estruturas políticas e socioeconômicas, buscava tirar vantagens e privilégios da realidade de desigualdade social existente no país fruto da desagregação social advinda da Abolição e na exploração do trabalho livre. Mantinha, portanto, um quadro conservador e com pouco avanço na modernidade. Todavia, diante do mercado com práticas de um câmbio desigual e de baixa demanda de consumo interno, associada à oferta de trabalhadores desqualificados, a burguesia e a oligarquia optaram, de forma simplista, pela exploração do trabalho, compreendendo, em suas perspectivas, que essa alternativa conduziria a competitividade dos produtos primários brasileiros (MARINI, 1976).

Esse quadro conservador de baixa modernidade e de extrema exploração do assalariado ou semi-assalariado teve o objetivo de sustentar os privilégios de uma falsa Revolução Burguesa, que ao invés de advir de uma grande transformação em atendimento aos requisitos de um capitalismo autônomo, apenas evolui na dimensão quantitativa e de dependência dos países centrais (FERNANDES, 1975).

Apropriaram-se do excedente da força de trabalho pela superexploração em contrapartida do abandono ao aumento da capacidade produtiva mantida pela intervenção e representação no poder do Estado e se opoem a qualquer ameaça da ordem em nome dos seus interesses sagrados de poder e de maximização de riqueza. (SADER, 2000). Assim “ as políticas dos Estados coloniais [...] ou semicoloniais [...] pareciam precisamente destinadas a promover o surgimento do próprio espaço doméstico semiproletário que, permitia o limite mais baixo possível dos níveis salariais” (WALLERSTEIN, 1985, p.33).

O Brasil na era pós-colonial continuava com um ambiente em que predominavam questões socioculturais voltadas para manutenção da desigualdade e do cultivo de sentimento de desprezo

ao pobre. A busca por um lugar melhor, era uma utopia imaginada para alimentar a continuidade dos privilégios pela exploração excessiva do trabalhador e que na mesma perspectiva adotada no regime escravocrata garantiram a competitividade dos produtos brasileiros, com baixos preços no mercado internacional.

Portanto, a “Revolução Burguesa” no país alimentou a dicotomia entre classes, na qual a ideologia da burguesia fomentou a distopia dos excluídos. A ideologia burguesa buscava se adaptar, mas concomitantemente configurava as novas condições mercantilistas impostas pelo capitalismo, seja pelas leis trabalhistas, pelas demandas internacionais de mercado ou pela exploração do meio ambiente, de forma a manter seus benefícios e sua hegemonia dominadora. Nessa nova configuração, negros e mestiços embora livres, se viam impossibilitados de atender ao perfil do trabalho livre exigido nesse contexto social. Dessa forma, se mantiveram na condição de classe à margem da nova estrutura social recém-constituída.

Na contemporaneidade a exploração excessiva do trabalho incluiu no sistema capitalista a massa de excluídos produzida pelo sistema escravocrata. Segundo Souza (2017, p.81)

[...] essa classe é composta por negros e mestiços de todas as cores, mostrando que a antiga raça condenada se transforma em classe condenada. Mas a sua função social continua a mesma. Ela serve às classes incluídas como mecanismo de distinção em duas frentes: uma simbólica, para provocar o prazer da superioridade e do mando; e outra material e pragmática, no sentido de criar uma classe sem futuro que pode, portanto, ser explorada a preço vil.

Assim, continuidade do processo de exclusão do negro, mesmo com o racismo invisível, culturalmente camuflado pela imagem do homem cordial, saqueou dele a sua utopia ou a possibilidade de desejar um lugar melhor. Incutiu-lhe a ideia de que não lhe resta outra alternativa senão continuar a servir ao senhor pela disfarçada cordialidade com que se apresenta, e, embutiui-lhe o sentimento de que a sua vida, tal qual como configurada na realidade brasileira, sobretudo pela imposição das oligarquias e burguesia consolidadas, poderia se desenhar num lugar pior para se viver, senão fosse a dissimulada cordialidade e gentileza do povo brasileiro.

Tanto no período de escravidão quanto na configuração e ascensão da burguesia, a gama de excluídos são impedidos de construir a própria utopia, pois ela é sobreposta pelas utopias das classes dominantes em ambas as configurações. Restando a eles apenas a conformação com o lugar que lhes é designado pelos que lhes dominam.

Apropriação do Estado pelas elites e a perpetuação da utopia brasileira na perspectiva da classe dominante

Com a república vieram significativas alterações na sociedade brasileira que provocaram mudança no seu modo de vida, adicionalmente a recente abolição da escravatura. Dentre elas a transferência e fixação das elites do campo para o mundo urbano e a formatação de instituições estruturantes principalmente para atendimento ao mercado e ao Estado.

A abrupta urbanização republicana produziu modificações inclusive na arquitetura das cidades que tiveram que se adaptar para receber as elites provindas do campo como também para abrigar os órgãos públicos necessários ao funcionamento do novo regime. Na passagem do Império para a República a sociedade brasileira, constituída por bases rurais, com a urbanização crescente, e a nova população de escravos libertos, imigrantes, e a elite que trocava o campo pelas cidades atravessou um período de consideráveis mudanças de hábitos e configurações sociais (MALUF; MOTT, 1998).

As elites agrárias adaptando-se ao novo estilo de vida imitavam os moldes europeus notadamente dos franceses. Homens de negócio, latifundiários, funcionários públicos e políticos se reuniam nos salões nobres das cidades. Enquanto isso, a população empobrecida, formada pelos negros recém-libertos, era banida dos centros para a periferia, para dar lugar à construção de novas avenidas e novos empreendimentos exigidos pela vida burguesa que se estabelecia (MOTA; BRAICK, 2002).

A origem da república no Brasil trouxe um pacto federalista oligárquico o qual primou pela manutenção do poder republicano concentrado nas elites agrárias. Dessa forma, quanto maior a extensão de terra, maior a extensão do poder político exercido no Estado brasileiro (AVRITZER, 2008).

As mudanças vivenciadas a partir da instauração da república e a comercialização com a Europa pelos portos brasileiros exigiam a ocupação de cargos no Estado de inúmeras funções com habilidades que não se encontravam no pobre, mestiço ou negro, tampouco interessavam aos proprietários de terra, senão pela manutenção do controle de quem os assumiria. Assim, em função das instituições estruturantes tornarem a alavanca para ajustes políticos “assumir o controle, e se necessário a conquista, do poder do Estado foi o objetivo estratégico central de todos os grandes atores da arena política, ao longo da história do capitalismo moderno” (WALLERSTEIN, 1985, p. 39).

Pessoas letradas, por possuírem as qualificações exigidas pelos cargos públicos necessários ao bom andamento do regime republicano, passam a ser os principais protagonistas, nesse sistema. Todavia, a cultura patriarcal deixava como legado o vínculo baseado no sentimento de favores e deveres aos senhores de terra, os quais influenciavam na designação para os cargos públicos. Dessa forma, os cargos públicos foram assumidos e mantidos, não com a definição dos requisitos básicos do perfil adequado e de competência, mas principalmente pela confiança e pela congruência do candidato ao cargo com os interesses da oligarquia dominante (SOUZA, 2015).

Em função disso, a sociedade brasileira tratava a burocracia do Estado como forma pessoal, misturando o público com o privado e ainda, utilizando o interesse individual para o enriquecimento pessoal, em detrimento do coletivo público de forma a consolidar essa conduta como uma prática usual. Nesse sentido manifesta Holanda (1995, p. 145)

Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seus interesses particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos.

Os ocupantes de cargos estatais eram indicados pelas elites agrárias e também pelos integrantes das forças armadas que na república alcançaram poder no aparelhamento administrativo. Em conjunto nomeavam funcionários públicos, delegados e juizes, fatores que garantiriam a perpetuação do poder recém instituído (MOTA; BRAICK, 2002).

Dessa forma, o Estado brasileiro já nasce apropriado pelos funcionários, fortemente influenciados pela classe dominante. Essa apropriação amplia a possibilidade para a troca de favores e consequentes benefícios destinados a uns poucos privilegiados, constituindo um terreno fértil para a corrupção dentro do clientelismo, coronelismo e nepotismo. Assim, o patrimonialismo constitui o modo como se estabelecem as relações entre os bens particulares e o bem do Estado, cultivando traços interpessoais acima do formalismo (SOUZA, 2017).

Para Faoro (2012) a culpa da confusão entre o público e privado e da apropriação de bens coletivos por poucos no Brasil está no patrimonialismo, como herança recebida das referências do modelo de estamentos advindos de Portugal, onde havia a apropriação da coroa sobre os bens da nação. Nessa perspectiva, Portugal era, na prática do liberalismo, um país que ainda se encontrava pouco avançado em relação aos outros Estados da Europa.

Souza (2015), por sua vez, se opõe a essa ideia de explicar a causalidade da apropriação do Estado no Brasil pelo patrimonialismo. Segundo ele, pelos fundamentos weberianos os estamentos devem ser segmentados de forma verticalizada para que possa representar a classe majoritária do país. E, no Brasil observa-se justamente o oposto dessa premissa, pois 2/3 do povo brasileiro se encontra sem representação e cede aos interesses dos outros 1/3. Dotados de privilegiados, esse 1/3 controla as ações do Estado que ainda assim, se declara democrático. Essa segmentação horizontal no estamento aumenta a possibilidade de direcionar as políticas públicas para beneficiar

acentuadamente a classe dominante em detrimento dos demais.

Um conjunto de fatos sociais relacionados ao crescimento econômico para Souza (2015, p. 47) indicam evidências que são contrárias à tese do patrimonialismo brasileiro:

Entre 1930 e 1980 o Brasil foi um dos países de maior crescimento econômico no mundo, logrando construir um parque industrial significativo sem paralelo na América Latina. Como é possível exibir tamanho dinamismo econômico em um contexto, como o do patrimonialismo, que pressuporia “indiferenciação da esfera econômica”?

Ao invés de aceitar os pressupostos do Faoro (2012), em que o Estado mitiga a vitalidade do desenvolvimento da nação, Souza (2015, p. 71) defende que: “A tese do patrimonialismo serve para ocultar um tipo de capitalismo selvagem e voraz – construído para beneficiar uma pequena minoria – e ainda apontar o culpado em outro lugar: o Estado”.

O que se observa no decorrer da história é que em qualquer regime, inclusive no capitalismo, tanto o mercado quanto o Estado protagonizaram fraudes, principalmente quando há fragilidade nos procedimentos estritamente regulados. Todavia, formou-se a ideia falaciosa a partir das premissas do patrimonialismo de Estado corrupto.

A sociedade é conduzida a acreditar na ideia de que o capitalismo promove o crescimento do mercado virtuoso e este se torna vítima da corrupção do Estado. A percepção equivocada, com a ajuda da mídia dominante, é a de que o Estado é o verdadeiro culpado. Assim, a sociedade não reconhece a existência de um mercado corruptor que é alimentado pelas oligarquias.

Nessa circunstância, a sociedade brasileira veio se configurando ao longo da história, sob a continuidade de uma ideologia da elite dominante, desde o início da república, a qual deseja um liberalismo sem corresponsabilidade com políticas públicas que atendam às necessidades da população majoritária. Ademais, condena o Estado pela culpa da corrupção da nação brasileira, com a falsa ideia de um mercado imaculado, mas que trata a exclusão do pobre com a mesma naturalidade que tratou o negro na escravidão ou como uma classe condenada a manter-se em seu *status quo*.

Consolida a ideia de manutenção do pobre condenado a extrema limitação de mobilidade social como uma ideologia da elite dominante de conservação desse estado presente, em congruência com Malthus (1798, p. 64) (tradução nossa): “Essas são as pessoas infelizes que, na grande loteria da vida, tinham tirado um bilhete em branco”² e complementarmente o mesmo autor afirma (tradução nossa): “Nenhum sacrifício possível dos ricos, particularmente em termos monetários, poderia evitar a volta da miséria dos membros de nível mais baixo da sociedade, quem quer que eles fossem”³ (Ibid., p. 25).

Ao considerar o histórico dos indicadores socioeconômicos do Brasil desde 1900 até 2010, o país obteve avanços tanto em crescimento econômico quanto em bem-estar. O crescimento médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 4,81% e o PIB per capita de 2,54% (ALBUQUERQUE, 2008, p. 28).

Na dimensão social houve um crescimento médio anual de Expectativa de Vida de 0,79%, Taxa de Alfabetização de 0,87% e no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-1)⁴ de 1,04% (Ibid., p. 38). Todavia, esse é um tímido avanço social que confirma a citada limitação da mobilidade social do Brasil sublinhada pela maior concentração de renda entre os países da América Latina (CEPAL, 2018).

No ano de 2017 o índice de Gini, que mede a desigualdade de renda domiciliar per capita, manteve-se no Brasil inalterado, no patamar de 0,549 ocupando a 9ª posição de mais desigual do mundo, de um conjunto de 143 países (OXFAN, 2018). O contrastaste das distâncias entre as taxas anuais dos índices econômicos e sociais citados revelam a identidade das políticas públicas e os objetivos das classes dominantes desde a primeira república.

2 “These are the unhappy persons who, in the great lottery of life, have drawn a blank.”

3 “I have just made, and no possible contributions or sacrifices of the rich, particularly in money, could for any time prevent the recurrence of distress among the lower members of society, whoever they were.”

4 O autor tem como fonte primária o IBGE, Ipeadata e Banco mundial. O autor ressalta que ensejou a estimação do IDH-1 construído para o Brasil, cobrindo o período de 1900-2009, com projeção para 2010.

Na raiz desta identidade estão as marcas do longo período de escravidão. Para Nabuco (2003, p. 28) “O nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral, acha-se terrivelmente afetada pelas influências com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira”.

Reflexos que se tornam evidentes na contemporaneidade quando se verifica a ampliação do processo de exclusão, principalmente no que concerne ao eterno dilema da associação cor e posição social. Os negros e mestiços estão a frente do grupo que está a margem ou não pertence à ordem social competitiva (FERNANDES, 2008).

Os não pertencentes aos estamentos privilegiados permanecem à margem das utopias da classe dominante e nenhum sacrifício seria possível para retirá-los da condição desigual. Fernandes (1975, p. 63) explica que: “uma configuração de papéis econômicos, [...] classificados socialmente por critérios econômicos, sociais culturais que requeiram a existência e a combinação de estamentos e castas”. E por isso, para aquelas pessoas rifadas com o bilhete não premiado na loteria da vida, excluídas de uma digna sobrevivência, permanecerão a margem da sociedade condenadas a reproduzir gerações de excludentes miseráveis.

Legitimar a dominação social de um estrato sobre outro e calar a consciência da injustiça provoca a naturalização da desigualdade (Souza, 2017) e isso vem se perpetuando há séculos no Brasil sempre na perspectiva da busca de um lugar melhor utópico e exclusivo à classe dominante, característico dos países periféricos como o Brasil.

De forma ampla, uma sociedade não pode ser desprovida de desejos e esperança, elementos inerentes ao ser humano, mesmo que tenha assistido por várias gerações pequenas e lentas mudanças da sua realidade que transformaram o seu presente. A utopia não é uma ilusão de fantasia, mas sim uma reação a esse presente no qual se projeta um horizonte desejado, pois, ela (a utopia), segundo Fraga (2016, p. 6), “[...] se enraíza no presente em vista do futuro.” Talvez essa morosidade da transformação da realidade seja justificada pelos traços marcantes dessa sociedade desigual, deixada como um legado de sua própria história.

A motivação para utopia tem uma ética e política que move o indivíduo para um mundo diferente daquele em que se encontra (SILVA, 2016). Todavia, essa tendência, pela história, pode ter dimensões diferentes, inclusive para os diversos segmentos das sociedades que vivem em extrema desigualdade social como é o Brasil. Nesse caso, para a classe menos favorecida, que se mantém na mesma condição há séculos, a tendência pode ser tão ruim a ponto de pensar que o caminho é irreversível e sua reação ao presente o projeta para o futuro que será ainda pior, levando-o a um mundo distópico.

Considerações adicionais

A sociedade brasileira vivenciou vários fatos impactantes e determinantes que contribuíram para moldar a sua formação. Além do longo período de escravidão, a ausência do reconhecimento da culpa pela hostilidade com que tratou a população escravizada, possibilitou que o processo de abolição fraturasse o sentimento no país de uma aspiração em prol do bem-estar comum a todos na nação brasileira.

O Brasil, nos vários marcos históricos, ensaiou tentativas frustradas de se transformar em uma nova sociedade, todavia foi cunhada na maioria das vezes pela exclusão e preconceito de uma elite que preconizava a busca da hegemonia da classe dominante capaz de se adaptar e reconfigurar-se ao capitalismo em estruturas moldadas para seus privilégios.

Para isso, novas instituições e leis foram sendo constituídas e se encarregavam de criar a estrutura necessária para assumir as funções dos estamentos do Estado de forma legitimada para o atendimento dos interesses de uma minoria representada pelas mesmas classes dominantes de outrora. Toda essa configuração alimentou por mais de um século políticas públicas de manutenção da desigualdade social em contraste com crescimento econômico médio anual, a ponto de se estabelecer para o poder público uma naturalização das mazelas da pobreza impregnadas na vida daqueles que retiraram o bilhete não premiado e nasceram em famílias com baixa renda.

O pobre, excluído e miscigenado pela raça negra passa a receber uma classificação de um fardo da desigualdade social que a elite burguesa precisa carregar. Os reflexos da exclusão e a forma natural de percepção dessa desigualdade pela sociedade brasileira está enraizada na instituição

Escravidão. Essa classe menos favorecida se vê condenada, por inúmeras gerações, à falta de oportunidade e às inspirações do medo do amanhã de se encontrar em um lugar pior do que o que se encontraram antes.

As dicotomias evidenciadas na configuração da sociedade brasileira entre a exploração do pobre e os privilégios da elite burguesa; as oligarquias dominantes e a população dominada; o ódio ao pobre - que remonta a imagem do escravo desumanizado - e o homem cordial; o Estado corrupto apropriado pela elite e o mercado santo, marcam a identidade de uma nação que reproduz em suas gerações a consciência dessa estrutura identitária norteadora das aspirações pela busca de transformações em prol de um lugar melhor maculado pelas forças dominantes e manutenção dos seus próprios interesses.

Referências

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **O desenvolvimento social do Brasil: balanço dos anos 1900-2010 e agenda para o futuro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

AVRITZER, Leonardo. Terra e Cidadania no Brasil. In. **Utopias Agrárias**. STARLING, Heloisa Maria Murgel; RORIGUES, Henrique Estada; TELLES, Marcela. (Orgs.) Belo Horizonte: UFMG, 2008.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2018**. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae>>. Acesso em: 22 de jun. 2019.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. – São Paulo: Globo, 2012.

FRAGA, Paulo Denisar. Utopia: roteiro de um conceito. **Revista Espaço Acadêmico**, vol. 15, no. 186, 2016, Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/31663/0>> Acesso em: 08 de out. 2018.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe: no limiar de uma nova era**. V2. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Lisboa: Livros do Brasil, 1957.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MALUF, Marina. MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Femininos. In NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral), SEVCENKO, Nicolau (org). **História da Vida Privada no Brasil**. República: Da Belle Époque à Era do Rádio. Vol. III. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

MALTHUS, Thomas. **An Essay on the Principle of Population**. London: Electronic Scholarly Publishing Project, 1798. Disponível em: < <http://www.esp.org/books/malthus/population/malthus.pdf> > Acesso em: 22 de set. 2018.

Mota, MB.; Braick, PR.. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2002.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 7. ed. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

OXFAM BRASIL. **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras – 2018**. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/projetos/pais-estagnado/>>. Acesso em: 22 de jun. 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

REALIDADE SOCIECONÔMICA E POLÍTICA BRASILEIRA – ECA/USP, 2015. Disponível em: <<https://periferiadainformacao.wordpress.com/2015/12/01/o-patrimonialismo-para-sergio-buarque-de-holanda/>>. Acesso em 15 de set. 2018.

SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petropolis: Vozes: Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SARGISSON, Lucy. **Fool's gold: utopianism in the twenty-first century**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.

SILVA, Antônio Ozaí da. Utopia, de Thomas More. **Revista Espaço Acadêmico**, vol. 15, no. 179, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/31663/0>> Acesso em: 08 out. 2018.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.

_____. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Recebido em 30 de setembro de 2019.

Aceito em 20 de janeiro de 2020.